

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Projeto prevê 20% da frota do transporte público coletivo

Câmara analisa ônibus exclusivo para mulheres

A Comissão de Mobilidade Urbana e Planejamento Viário da Câmara de Campinas realiza nesta quarta-feira (17) às 15h30 a 5ª Reunião Ordinária de 2026 para analisar o parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar que prevê a destinação de 20% da frota do transporte público coletivo da cidade para mulheres nos horários de pico. A proposta é do vereador Marcelo Silva (PP-SP), que propõe a exclusividade nos intervalos das 6h às 9h (pico matutino) e das 17h às 20h (pico vespertino) de segunda a sexta-feira, fora feriados. Ainda de acordo com o documento, o percentual de veículos reservados poderá ser ampliado segundo a demanda e poderão ser selecionados dentro da frota atual ou incorporados a ela.

Comissão de Mobilidade Urbana

Comissão é formada pelos vereadores Gustavo Petta (PSol-SP), Otto Alejandro (PL-SP) e Filipe Marchesi (PSB-SP). A reunião, que é gratuita e aberta ao público, será realizada no Plenário (Avenida da Saudade, nº 1004, no bairro Ponte Preta) com transmissão ao vivo pela TV Câmara Campinas (sinal aberto 11.3 UHF, canal 4 da Claro/ NET ou canal 9 da Vivo Fibra), além do Youtube e nas redes sociais da Casa.

Alesp



Palestra do deputado será na quinta-feira (18)

Rafa Zimbaldi palestra sobre pedofilia

O campineiro Rafa Zimbaldi (União-Brasil-SP), deputado estadual, ministrará uma palestra sobre o combate à pedofilia e a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes. A explanação será na 9ª edição do Conexidades – Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados, em Campos do Jordão, no dia 18 de junho das 9h às 10h no Campos Hall (Av. Macedo Soares, 499 – Capivari). Rafa é coordenador da Frente Parlamentar de Combate aos Casos de Pedofilia e Outros Tipos de Violência contra Crianças e Adolescentes na Alesp.

Conexidades

Esta será a segunda vez que Rafa aborda o assunto durante o Conexidades. Ao lado do deputado, participam da mesa a jornalista investigativa Carla Albuquerque, a advogada Carolina Defilippi, especialista em Direito Digital, e o vereador Roberto Carósio Filho, de Guariba (SP), que compartilhará a experiência da frente parlamentar da cidade da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

PINGA-FOGO

Negou irregularidades

O secretário de Transportes Fernando de Caires confirmou que se encontrou com um membro da empresa Smile. Mas, disse que o encontro foi anterior ao pregão do setor. O pronunciamento ocorreu ontem em audiência da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Licitação do Transporte Público.

Rotina

Ainda de acordo com o secretário, encontros com membros do setor são um procedimento usual da rotina de trabalho dele na Emdec (autarquia responsável pelo transporte público de Campinas) e, a pauta, em questão, tratou exclusivamente do interesse corporativo da viação no certame.

Viação no MP

A Smile está sendo investigada pelo Ministério Público. Começou a sê-lo após a divulgação de vídeos do vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) e do ex-diretor administrativo da Emdec, Ricardo Ferraro Geciauskas, na sede da viação, em Paulínia (SP). O servidor foi exonerado.

Antiético?

Indagado se não teria sido antiético se reunir com uma empresa interessada na licitação às vésperas do lançamento do edital, Caires afirmou que recebeu o executivo como recebe a todos, e que a reunião foi oficial, e marcada em agenda oficial da Emdec. A pergunta foi feita por Mariana Conti (PSol-SP).

Transparência

A vereadora requer, inclusive, que os vídeos suspeitos de Vini sejam disponibilizados à Câmara. Vem solicitando que todos os materiais recolhidos em diligência realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Civil sejam disponibilizados aos parlamentares da Casa, além dos da Comissão Processante de Vini.

Licitação travada

A Smile integra o Consórcio Grande Campinas, que venceu o Lote Norte do sistema de transporte municipal. Mas, a homologação permanece travada na esfera jurídica. O TCE-SP a suspendeu e depois manteve a suspensão. Apura indícios de conluio entre as concorrentes.



Vini Oliveira (Cidadania-SP) voltou às redes sociais

Vini tem até dia 30 para apresentar defesa

Advogado é o mesmo do ex-assessor de Zé Carlos

Raquel Valli

O prazo para o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) apresentar a defesa para a Comissão Processante termina dia 30, um dia antes do recesso parlamentar (de 1º a 31 de julho). Mas, o colegiado composto por Paulo Haddad (PSD-SP), presidente da CP, Otto Alejandro (PL-SP), relator, e Dr. Yanko (PP), informa que irá trabalhar mesmo nas férias.

Vini corre risco de perder o mandato e tem dez dias úteis para apresentar a defesa por escrito após ter sido notificado na terça (16). Recebeu a notificação pessoalmente na Câmara junto aos advogados Luciano Stringenti Silva de Almeida e Haroldo Cardella - este último, defensor do ex-assessor do ex-vereador Zé Carlos (leia mais abaixo). A CP apura suposta infrações político-administrativas cometidas pelo vereador, gravado em vídeos na Smile Turismo saindo da viação com um malote suspeito. A empresa é uma das vencedoras da licitação do transporte público de Campinas.

Para justificar as últimas faltas, entregou uma nova licença médica válida por dez dias, com início no último sábado (13). Alega ter recebido alta de uma clínica psiquiátrica na sexta (12) após ter sido tratado por estresse pós-traumático, gerado após a divulgação dos vídeos.

Os defensores sustentam que os dados coletados de maneira irregular ou divulgados sem au-

torização legal não possuem validade para sustentar apurações e punições de ordem política. Pontuam ainda a inexistência de ações praticadas pelo cliente, que configurem crimes ou que firmem as regras de conduta do ambiente legislativo.

Rito

Depois dos advogados apresentarem a defesa por escrito, a CP tem cinco dias para analisá-la e decidir se continua com a apuração. Caso opte por arquivá-la, o arquivamento terá que ser votado pelos vereadores. Caso siga aberta, a comissão tem o prazo de 90 dias para concluí-la, a partir desta quarta (17). O relatório da conclusão indicará pela cassação ou não do investigado - o que também terá que ser aprovado em plenário. A data limite é 15 de setembro.

Cardella

Foi advogado de Rafael Creato, ex-assessor do ex-vereador Zé Carlos (PSB-SP), que renunciou ao mandato na Câmara em 30 de junho de 2025 antes da votação de abertura de uma CP que poderia cassá-lo. A renúncia arquivou o processo político e evitou a perda dos direitos políticos do parlamentar. Zé Carlos e Creato confessaram ao MPSP um pedido de propina feito em 2022 para a renovação do contrato da TV Câmara. Pelo acordo judicial, o vereador aceitou pagar R\$ 151,8 mil e Creato, R\$ 45,4 mil. O ex-assessor pediu exoneração.